Docusign Envelope ID: 3905A392-8B3F-401C-841C-C7671F40E1ED

NETAFIM BRASIL SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE IRRIGAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF nº 00.549.740/0001-81

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO – Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante		**306.678**	**147.337**
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.697	10.527
Contas a receber de clientes	5	70.381	60.374
Estoques	6	167.953	56.337
Tributos a recuperar	7	23.299	13.948
Outros ativos		20.348	6.151
Não circulante		**172.381**	**141.653**
Contas a receber de clientes	5	27.676	8.732
Depósitos judiciais	16.1	2.965	2.809
Tributos a recuperar	7	34.783	33.358
Imobilizado	8	78.763	73.380
Intangível	9	328	390
Ativos de direito de uso	10	7.806	7.102
Total do ativo		**479.059**	**288.990**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante		**365.800**	**199.529**
Fornecedores	11	322.237	168.975
Passivo de arrendamentos	10	4.456	3.848
Salários e encargos sociais		6.412	5.081
Tributos a recolher		8.154	1.793
Adiantamento recebido de clientes	13	5.331	2.240
Outros passivos e provisões diversas	14	19.210	17.592
Não circulante		**28.158**	**10.076**
Passivo de arrendamentos	10	3.762	3.476
Provisões para contingências	16	6.588	6.600
Empréstimos e financiamentos	15	17.808	-
Total do passivo		**393.959**	**209.605**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	54.690	54.690
Lucro acumulado		30.411	24.695
Total do patrimônio líquido		**85.101**	**79.385**
Total do passivo e patrimônio líquido		**479.059**	**288.990**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita de vendas e serviços prestados	18	473.886	374.710
Custo das vendas e serviços prestados	19	(346.291)	(286.849)
Lucro bruto		**127.595**	**87.860**
Despesas com vendas	19	(52.523)	(49.376)
Despesas gerais e administrativas	19	(22.610)	(18.647)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		(5)	84
Lucro operacional		**52.458**	**19.922**
Receitas financeiras	20	12.853	30.857
Despesas financeiras	20	(55.320)	(22.320)
Resultado financeiro líquido	**20**	**(42.467)**	**8.538**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**9.990**	**28.459**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	21	(8.453)	(8.302)
Diferidos	21	4.178	(3.985)
Lucro líquido do exercício		**5.715**	**16.173**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO – Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**5.715**	**16.173**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**5.715**	**16.173**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO – Em milhares de reais

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**54.690**	**8.523**	**63.213**
Lucro líquido do exercício	-	16.173	16.173
Em 31 de dezembro de 2023	**54.690**	**24.696**	**79.386**
Lucro líquido do exercício	-	5.715	5.715
Em 31 de dezembro de 2024	**54.690**	**30.411**	**85.1.01.**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO – Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro antes do I.R. e da contribuição social		9.990	28.459
Depreciação e amortização	8, 9 e 10	13.936	4.615
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	1.074	(62)
Reversão de provisão para contingências	16	(12)	(4.211)
Perdas na alienação de ativo imobilizado e intangível baixados	8	-	2
Reversão de provisão para estoques obsoletos	6	828	(189)
Reversão de provisões diversas	14	1.600	(2.056)
		27.417	**26.560**
Variações de ativos e passivos			
Contas a receber e outros ativos		(44.215)	(38.020)
Depósitos judiciais		(156)	(266)
Estoques		(112.445)	(1.938)
Tributos a recuperar		(10.464)	(5.390)
Fornecedores e outras contas a pagar		153.262	87.032
Salários e encargos sociais		1.331	1.451
Tributos a recolher		(7.302)	(7.676)
Juros e variação monetária, líquidos		835	484
Outros passivos e provisões diversas		3.101	(893)
Caixa gerado pelas operações		**11.363**	**61.345**
Imposto de renda e contribuição social a pagos	21	(880)	(703)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**16.263**	**60.643**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Perda na baixa de ativo imobilizado		-	(42)
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(15.264)	(60.338)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(15.264)**	**(60.380)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamentos	10	(4.636)	(2.341)
Captação de empréstimos	15	17.808	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**13.172**	**(2.341)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		14.170	(2.078)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	4	**10.527**	**12.605**
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	**24.697**	**10.527**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda. ("Netafim Brasil" ou "Empresa") é uma sociedade limitada com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A Empresa, controlada pela israelense Netafim Israel Ltd., iniciou suas atividades no Brasil em 1995 e tem como atividade preponderante a fabricação de equipamentos para irrigação agrícola por gotejamento, peças e acessórios, muitas vezes desenvolvendo o projeto e supervisionando sua instalação. A Netafim Israel Ltd. é pioneira em irrigação por gotejo e líder mundial nesse segmento e está presente em 110 países. A inovação constante através de alta tecnologia possibilita o uso reduzido de água aliado à maior produtividade agrícola, fortalecendo sua preocupação com sustentabilidade. Em 2017, a empresa Mexichem S.A.B. de C.V. adquiriu 80% das ações da Netafim Israel Ltd., por meio do processo aprovado pelo CADE em 2018. A relação entre a Netafim Brasil e sua controladora Netafim Israel Ltd. segue inalterada. Em 2019 a Empresa Mexichem passou a se chamar Grupo Orbia. Em 2018, iniciou-se uma operação de reestruturação entre as empresas ligadas à Mexichem S.A.B. de C.V e as subsidiárias da Netafim Israel Ltd., em que ficou estabelecido que a Netafim Brasil seria a única subsidiária atuando no segmento de irrigação pelas duas empresas no Brasil. A Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda ("Mexichem Brasil"), também conhecida pela marca Amanco, atua em diversos segmentos no mercado brasileiro, sendo que apenas o de irrigação seria incorporado pela Netafim Brasil. Assim, a partir de julho de 2018, a Netafim Brasil iniciou a operação de venda a ordem, em que as vendas de produtos fabricados pela Mexichem Brasil são faturadas pela Netafim Brasil, enquanto a responsabilidade de fabricação e entrega permanecem com a Mexichem Brasil. Nesse sentido, a equipe de vendas do setor de irrigação da Mexichem Brasil foi transferida para a Netafim Brasil, assim como foram contratados novos funcionários para atender a demanda gerada por essa nova operação. No final de 2020 uma nova reestruturação ocorreu e a partir de novembro as vendas da linha de produtos de irrigação da Mexichem retomaram para Mexichem Brasil, segregando assim, as operações das duas empresas. A Empresa apresenta capital circulante líquido negativo em 2024 de R$ 59.672 (R$ 52.192 em 2023), entretanto,conforme demonstrado na Nota 12, do total de fornecedores que a Empresa possui, aproximadamente 85% se derivam de transações intercompany com a casa matriz em Israel (sócia-majoritária). Por estratégia de Transfer Pricing e alocação de resultados, a matriz tem direcionado uma precificação mais agressiva nas importações a fim de balancear o resultado por país, resultado em importações de valores mais elevados. Além disso, duas operações de financiamento de longo prazo (Irrigação por Serviço a receber no futuro e Financiamento de Contas a Receber de Longo prazo) resultaram em importações realizadas nos últimos 36 meses em que não temos a correspondente receita recebida, gerando um desbalanço de capital circulante líquido. Desconsiderando o saldo intercompany a pagar, o saldo positivo de capital circulante líquido de R$ 235.675. Sobre o passivo constituído Intercompany, não há contrato com obrigação de pagamento imediato, sendo que aproximadamente 50% deste já se encontra vencido em relação às datas de vencimento de ditas faturas. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 27 de junho de 2025. **1.1 Impacto de confrontos militares:** Em 7 de outubro de 2023, Israel foi alvo de um ataque do grupo Hamas, desencadeando um novo conflito na Faixa de Gaza. A situação permanece instável, com desdobramentos políticos e humanitários em curso. Apesar disso, até o final do exercício de 2024, a Netafim informa que suas operações em Israel continuam funcionando normalmente. As três plantas de produção no país mantêm sua atividade sem interrupções, e o escritório matriz em Tel-Aviv segue aberto e funcional. A empresa não registrou impactos relevantes em suas subsidiárias ao redor do mundo, tampouco ruptura na cadeia de fornecimento ou nas operações decorrente dos conflitos. A dependência produtiva da matriz em Israel permanece inalterada. A Netafim segue monitorando atentamente os desdobramentos dos confrontos e possui planos de contingência globais para mitigar eventuais impactos adversos. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a administração avaliou que não há impactos significativos nas operações da empresa decorrentes dos conflitos militares mencionados. **1.2 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Existem no Grupo departamentos responsáveis por auxiliar a Administração na elaboração de políticas, normas e indicadores da Qualidade e do Meio Ambiente, como o Sistema de Gestão Integrado, que garante o cumprimento das ISOs 9001 (Qualidade) e 14001 (Meio Ambiente). No que tange os cuidados com o meio ambiente e às mudanças climáticas, a Empresa possui e segue suas políticas, bem como monitora as ações para proteção do meio ambiente. A administração e diretoria entende que não há impactos financeiros futuros relacionados a esse tema que mereçam ser mencionadas nas demonstrações financeiras da Empresa. **1.3 Reforma tributária:** A reforma tributária, discutida no Brasil há 40 anos, foi aprovada em dezembro de 2023 pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo Governo Federal por meio da Lei Complementar nº 214/25. Essa reforma introduz mudanças significativas no sistema tributário, substituindo gradualmente cinco tributos — PIS, Cofins, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI — pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Seu principal objetivo é simplificar as regras tributárias, reduzir disputas judiciais e promover maior justiça social. A Lei Complementar nº 214/25 regulamenta a reforma e define detalhes sobre regimes especiais, incluindo reduções e isenções tributárias. A Empresa está atenta às mudanças na legislação e à regulamentação tributária em andamento. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários — antigo e novo — coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Uma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgada na Nota 3. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a sua moeda de apresentação. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 360 dias e com baixo risco. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "*impairment*"). A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes bem como análise de ajuste de preço e quebra técnica que possa incorrer até o pagamento. A provisão para créditos de liquidação duvidosa *(impairment)* foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação do custo dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de embalagem, matérias- primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização *(impairment)*, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.7 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são mensurados pelo custo amortizado, considerando o índice de atualização aplicável a cada tipo de depósito. Nos casos em que há provisão para contingências vinculadas aos depósitos, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais. **2.8 Imobilizado.** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis e necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, em anos:

Máquinas e equipamentos	10
Imóveis	25
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Outros	10

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Ativo intangível:** Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, determinadas as seguintes condições: (a) viabilidade técnica e intenção de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (b) habilidade de usar ou vender o ativo intangível; (c) o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; (d) disponibilidade de adequados recursos técnicos e para usá-lo ou vendê-lo; e (e) habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando o ativo intangível gerado internamente não puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e perda por redução do valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **2.10** ***Impairment*** **de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa seu maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.11 Arrendamentos:** A partir de 1o de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Empresa. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Na adoção do CPC 06 (R2), a Empresa reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do CPC 06 (R1) - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **2.15 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **2.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de produtos:** A Empresa fabrica e vende equipamentos e sistemas de irrigação, que incluem produtos e acessórios - peças e partes. As vendas são reconhecidas no momento da entrega dos produtos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado, (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente, (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com as condições de vendas e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(b) Prestação de serviços:** A Empresa presta serviços de instalação, supervisão e gerenciamento de projetos. A receita de prestação de serviços é, em geral, reconhecida tendo como referência os serviços contratados os quais são reconhecidos no resultado com base avanço físico e status de conclusão de determinadas fases do projeto em conjunto com o material aplicado. **(c) Locação de implementos agrícolas:** A partir de 2018, a Empresa passou a oferecer a clientes, a opção de locação de implementos agrícolas, máquinas utilizadas na instalação dos produtos, nos casos em que o cliente não tenha contratado um projeto e tenha a necessidade de utilização dessas máquinas. A receita é reconhecida mensalmente com a emissão de uma fatura para pagamento pelo cliente. **(d) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva e reconhecida no resultado do exercício conforme período de competência. **2.17 Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício. **2.18 Conversão em moeda estrangeira:** As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio nas datas das transações ou da apresentação quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do final do exercício referentes a ativo e passivo monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 20). **2.19 Benefícios a empregados - Participação nos lucros:** A Netafim Brasil oferece a seus funcionários participação nos resultados com base em um valor fixo, definido em convenção coletiva. O benefício de participação nos lucros do pessoal chave da administração é calculado com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração da controladora e contabilizado em contas de despesas com salários no resultado do exercício. **2.20 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa, quando há lucros disponíveis para distribuição e quando sua destinação é formalmente aprovada pelos quotistas, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. **3.1 Julgamento:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Tratamentos fiscais incertos:** Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Empresa avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso haja entendimento que seja provável (mais que 51%) que não será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Empresa deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Na avaliação da empresa não há, contudo, posição fiscal incerta conhecida ou com potencial risco de se tornar uma contingência. É importante destacar que a determinação final sobre o tratamento fiscal depende de fatores não controlados pela Empresa, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social refere-se ao valor justo dos instrumentos financeiros (Nota 22). **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(b) Provisão para contingências:** A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 5(a), em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Empresa. **3.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment)*, estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidencias objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima do seu valor recuperável. **3.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Perda** ***(impairment)*** **de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Empresa aplica julgamentos em concordância com sua controladora para estabelecer as premissas para o cálculo de *impairment*, com base no histórico, nas condições de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	3.939	1.887
Aplicações financeiras (i)	20.758	8.639
	24.697	**10.527**

(i) Em 2024 moeda local composta por: Debentures Compromissada com Lastro de terceiros, remuneração média de 75% do CDI, liquidez imediata e vencimento até 3o dias; CDB com remuneração média de 98% do CDI (2023 — 98%), liquidez imediata e vencimento até 360 dias.

5. Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Nota	2024	2023
Contas a receber de clientes	5b	151.831	95.289
Contas a receber de partes relacionadas	12	27.468	20.060
Provisão faturamento antecipado		(76.638)	(42.714)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5a	(4.603)	(3.530)
		98.057	**69.106**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise dos riscos de crédito que contempla a situação individual dos clientes, histórico de perdas sobre a receita e as garantias reais que suportam tais créditos, além da avaliação dos assessores jurídicos da Empresa. A provisão elaborada pela administração da empresa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas futuras de contas a receber. As antecipações de contratos referem-se a novos projetos faturados em 2024, os quais ainda não iniciaram suas atividades, seja em relação ao envio de materiais ou à prestação de serviços. A reversão dessas antecipações é realizada à medida que as remessas são iniciadas, momento no qual a receita correspondente é reconhecida. É importante ressaltar que esse processo assegurara que a receita seja reconhecida no período em que os serviços são efetivamente prestados ou os materiais são entregues A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	(3.530)	(3.591)
Movimentação de provisão	(9.387)	(139)
Baixa	8.313	201
Saldo final	(4.604)	(3.530)

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	2024	2023
A vencer	132.267	65.493
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	7.299	26.430
Vencidos de 31 a 60 dias	5.038	2
Vencidos de 61 a 90 dias	1.233	6
Vencidos de 91 a 180 dias	143	(4)
Vencidos acima de 18o dias	5.851	3.363
	19.564	**29.796**
Total	**151.831**	**95.289**

6. Estoques	2024	2023
Produtos acabados	50.377	23.750
Matérias-primas	22.558	13.906
Estoques em trânsito	97.126	20.581
Outros	1.208	588
(-)Provisões para perdas com estoques obsoletos	(3.316)	(2.488)
	167.953	**56.337**

7. Tributos a recuperar	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS") (i)	24.613	32.736
(-) Provisão para deságio de créditos de ("ICMS") (i)	(2.870)	(6.789)
Programa de integração social ("PIS") (ii)	5.945	3.845
Contribuição para financiamento da seguridade social ("CDFINS") (ii)	24.518	13.875
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI ")	2.503	1.970
Outros tributos a recuperar	3.373	1.669